ATA DA MESA DIRETORA Nº 122 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED

Dia: 19 de junho de 2026
Horário: 10h
Local: Gabinete da Secretaria de Saúde

Ata nº 120/COMPED

Conselheiros Presentes: Elen Cristian Guedes de Oliveira - Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano – ADEVIPS; Analeia Terezinha Levitte - Secretaria Municipal do Planejamento e Mobilidade Urbana; Wagner Arruda - Secretaria Municipal da Saúde. **Convidados:** Denise Paes Pereira - Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano – ADEVIPS; Fabiana Padilha da Silva, Rose Cristina Possato e Guilherme Trindade Botega – Secretaria Municipal de Saúde **Justificativas:** Augusto Agostinho de Figueiredo - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; **Pauta:** Discussão sobre o fornecimento de órteses, próteses e tecnologias assistivas; Atendimento às pessoas com deficiência visual; Serviços do Centro Especializado em Reabilitação – CER; Atendimento oftalmológico e ações de prevenção nas escolas; Acessibilidade nos serviços municipais de saúde; Levantamento de dados das pessoas com deficiência e Aquisição de balança adaptada **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, no Gabinete da Secretaria de Saúde, realizou-se reunião da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED. A presidente Elen deu as boas-vindas aos presentes, agradeceu a presença e a contando com a participação da Presidente do Conselho, conselheiros, representantes das entidades da sociedade civil, da Secretaria Municipal da Saúde e demais convidados, com o objetivo de dialogar sobre as principais demandas relacionadas à atenção à saúde da pessoa com deficiência no município. Iniciando os trabalhos, a Presidente agradeceu a presença da equipe da Secretaria Municipal da Saúde, destacando a importância do diálogo permanente entre o Conselho e a gestão municipal para a construção de soluções voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Como primeiro ponto, foi debatida a **qualidade das cadeiras de rodas fornecidas pelo município**. Representantes das entidades relataram que diversos usuários têm apresentado reclamações quanto às cadeiras atualmente disponibilizadas, informando que os equipamentos possuem baixa resistência, pouca estabilidade, reduzido conforto e comprometem a segurança dos usuários, especialmente para utilização em vias públicas. Foi informado que muitos equipamentos apresentam defeitos em curto espaço de tempo ou até mesmo chegam aos usuários já com problemas estruturais. Durante o debate, Rose esclareceu que atualmente as cadeiras fornecidas seguem o descritivo previsto nos processos licitatórios vigentes, contemplando modelos considerados básicos, destinados principalmente à locomoção em ambiente domiciliar. Explicou-se que anteriormente existia um processo de avaliação individualizada realizado por equipe multiprofissional, composta por assistente social, terapeuta ocupacional e médico, permitindo a indicação do equipamento mais adequado conforme o perfil funcional do usuário. Atualmente, em razão das alterações no fluxo de fornecimento, as cadeiras são disponibilizadas conforme o modelo padronizado previsto no processo licitatório. Analeia enfatiza que as necessidades das pessoas com deficiência são distintas e que um único modelo não atende adequadamente todos os usuários, especialmente aqueles que utilizam a cadeira diariamente em deslocamentos externos, atividades laborais ou escolares. Na sequência, discutiu-se o processo de aquisição de cadeiras de rodas motorizadas, ocasião em que a Secretária Municipal da Saúde informou que o município recebeu recursos provenientes de emenda parlamentar para aquisição de um número significativo de equipamentos. Esclareceu que, embora a legislação e os protocolos do Sistema Único de Saúde

estabeleçam critérios específicos para indicação das cadeiras motorizadas, o município pretende construir, em parceria com o COMPED e as entidades representativas, um levantamento das pessoas que efetivamente necessitam do equipamento, possibilitando posterior avaliação técnica e inserção dos usuários no sistema oficial. Ficou evidenciada a importância da participação das associações para identificar corretamente os beneficiários, evitando que os equipamentos deixem de atender quem realmente necessita. Ainda sobre o tema, foi informado que está em elaboração um novo edital para aquisição de cadeiras de rodas, contemplando especificações técnicas mais adequadas às necessidades dos usuários. Contudo, a equipe técnica explicou que a legislação de licitações impede a indicação de marcas específicas, sendo necessário observar critérios técnicos e legais, além da possibilidade de exigência de amostras para avaliação da qualidade dos equipamentos antes da contratação. Na sequência, Elen representante da Associação dos Deficientes Visuais apresentaram preocupação quanto à ausência de **fornecimento de bengalas brancas para pessoas com deficiência visual**. Foi relatado que muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social não possuem condições financeiras para adquirir o equipamento, cujo custo é elevado, comprometendo sua mobilidade, autonomia e segurança. A equipe técnica esclareceu que atualmente a bengala branca não integra a tabela nacional de órteses e próteses do Sistema Único de Saúde (SIGTAP), diferentemente de outros modelos de bengalas destinados à reabilitação ortopédica. Informou-se ainda que seria necessário aprofundar estudos sobre a possibilidade de obtenção do equipamento por intermédio dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) habilitados ou por meio de discussão junto aos órgãos estaduais e federais competentes para eventual inclusão do procedimento na tabela oficial do SUS. Também foi sugerido que o Conselho avalie a elaboração de proposta junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e demais instâncias competentes visando ampliar o acesso ao equipamento. Prosseguindo, **discutiu-se a situação dos aparelhos auditivos**, sendo esclarecido que o município de Lages passou recentemente a realizar novos atendimentos através do Centro Especializado em Reabilitação – CER III. Entretanto, pacientes que já realizavam acompanhamento anteriormente junto ao serviço de Florianópolis continuam vinculados àquela unidade em razão da incompatibilidade entre os sistemas informatizados utilizados pelos serviços, especialmente para manutenção e ajustes dos aparelhos. Outro tema amplamente **debatido foi a fila de consultas oftalmológicas**, especialmente para crianças da rede municipal de ensino. A Secretária Municipal da Saúde informou que o município conseguiu contratar médico oftalmologista para atendimento exclusivo de crianças, reduzindo significativamente a fila de espera. Contudo, destacou que o principal problema atualmente é o elevado índice de absenteísmo, chegando a aproximadamente 350 a 400 faltas mensais somente em consultas de oftalmologia, situação que compromete a continuidade do serviço e desestimula a permanência dos profissionais especializados. Os representantes do COMPED relataram que muitas crianças apresentam dificuldades visuais ainda não diagnosticadas, impactando diretamente o aprendizado escolar. Foi discutida a importância da realização de triagens visuais nas escolas municipais, permitindo identificar precocemente possíveis alterações e encaminhar os estudantes para atendimento especializado. A Secretária Municipal da Saúde informou que existe projeto denominado "Ver Melhor para Aprender", inicialmente elaborado para realização de consultas oftalmológicas diretamente nas escolas através de unidade móvel equipada. Entretanto, em razão da não aprovação integral do financiamento pretendido, o projeto precisou ser readequado, permanecendo atualmente concentrado nos atendimentos realizados na Policlínica Municipal. Os participantes manifestaram interesse em construir parceria entre Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação, entidades da sociedade civil e COMPED para realização de ações conjuntas de identificação precoce das crianças com deficiência visual, acompanhamento das famílias e monitoramento dos encaminhamentos realizados. Na sequência, passou-se ao **debate sobre acessibilidade nos serviços de saúde**, especialmente na Farmácia Básica, Policlínica e demais unidades. Representantes das entidades relataram dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva no sistema de atendimento por senhas eletrônicas, destacando que muitas permanecem longos períodos aguardando atendimento por não conseguirem

identificar visualmente os painéis eletrônicos ou ouvir o chamado. Foi sugerida a implantação de mecanismos de identificação das pessoas com deficiência já no momento da emissão das senhas, permitindo que os atendentes sejam previamente informados da necessidade de atendimento diferenciado, inclusive com comunicação adaptada para pessoas surdas e pessoas cegas. A equipe técnica informou que o prontuário eletrônico já permite identificar algumas condições do usuário, porém reconheceu a necessidade de aperfeiçoar os fluxos de atendimento e ampliar a acessibilidade em todos os serviços da rede municipal. Também foi **discutida a inexistência de dados consolidados e atualizados sobre o número de pessoas com deficiência residentes no município.** A Secretaria informou que atualmente os dados disponíveis são provenientes do cadastro realizado pelas equipes da Atenção Primária à Saúde, reconhecendo tratar-se de números subnotificados e insuficientes para representar a realidade municipal. Por fim, o Conselho apresentou a demanda referente à **aquisição de balança adaptada para pesagem de pessoas em cadeira de rodas**, especialmente para utilização na Policlínica Municipal. A Secretária Municipal da Saúde informou que verificará a possibilidade de aquisição do equipamento, inclusive por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde, considerando o baixo custo comparado aos benefícios proporcionados aos usuários. Ao final da reunião, a Presidente agradeceu a disponibilidade da Secretária Municipal da Saúde e de toda a equipe técnica pelas informações prestadas, ressaltando que o diálogo fortalece a construção de políticas públicas inclusivas e possibilita que o Conselho exerça de forma mais efetiva seu papel de controle social. Reiterou ainda o compromisso do COMPED em manter a parceria institucional para aprimoramento da acessibilidade e da atenção integral à pessoa com deficiência no município. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Presidente, Elen Cristian Guedes de Oliveira. Eu, Maria Claudia Antunes Willemann, Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED, lavrei a presente ata, que, após discutida em plenária, será assinada pelos presentes e arquivada em livro próprio.

Amalia T. Fontes [illegible] Wagner Arruda

Elen Cristian Guedes de Oliveira
Presidente COMPED